

Vieira, Patrícia. *Cinema no Estado Novo: A Encenação do Regime*. Lisboa: Colibri, 2011.

Cinema no Estado Novo: A Encenação do Regime de Patrícia Vieira é uma história do cinema português produzido durante as primeiras três décadas do Estado Novo—anos trinta aos cinquenta—que focaliza a relação dessa filmografia com a ideologia salazarista. Como a autora explica na sua introdução, embora o cinema tenha sido uma peça fundamental nos esforços propagandísticos do regime, não se verificou no cinema português uma manipulação ideológica comparável com a promovida pelos governos fascistas da Itália, Alemanha, ou até da Espanha. Na verdade houve poucos longas-metragens de ficção que abordaram a política de forma explícita. Não obstante, através de uma análise multifacetada do cinema da época a autora procura identificar e compreender como vários filmes acabaram por promulgar a ideologia do regime. O livro justapõe a linguagem cinematográfica de vários filmes importantes e os discursos intelectuais e sócio-políticos que dominaram esse período. Ao fazer isso, Patrícia Vieira descobre que os filmes revelam tensões, contradições e paradoxos marcantes, assim como a falta de uma coerência ideológica que unificasse o governo de Salazar. O papel da propaganda na produção cinematográfica portuguesa é, portanto, mais complexo do que em outros contextos. Se bem que, ao final da análise, os leitores ficam com a impressão de que a complexidade encontra-se no diálogo entre o discurso salazarista e esse cinema, e não nos filmes em si.

A clareza da expressão, com ênfase no resumo, produz uma excelente orientação para os leitores. O livro, cautelosamente organizado, praticamente carece de imperfeições estruturais e formais, embora uma curta conclusão teria sido vantajosa. Uma decisão notável foi a de organizar os sete capítulos tematicamente. Estes abordam os diversos tópicos que foram mais importantes para o cinema do Estado Novo. Em vez de ser apenas um estudo de um número determinado de filmes, o livro acaba por fazer uma investigação sobre os grandes temas e debates intelectuais que não só caracterizavam o discurso salazarista mas também definiam a complexidade cultural da época. Dessa maneira, o livro faz também uma importante contribuição para a história cultural do estadonovismo.

O primeiro capítulo trata da concepção da propaganda do Estado Novo, e como esse conceito se manifesta em *A Revolução de Maio* (1937) de António Lopes Ribeiro. O que mais sobressai nesse capítulo é a leitura que Patrícia Vieira faz do uso de imagens documentais no filme. Como a autora explica, a justaposição de imagens ficcionais com sequências documentais revela as limitações do regime. O seu uso exagerado aponta para comportamentos e situações que não existiam na realidade. Essas cenas, especialmente as que mostram o chefe de estado apoiado por multidões, serviam de modelos a serem seguidos e meios para estabelecer uma relação afetiva entre Salazar e a população.

O segundo capítulo enfoca dois filmes, *Bocage* (1936) e *Camões* (1946), ambos realizados por Leitão de Barros, e discute a importância da literatura portuguesa e da figura do poeta-herói. A autora descreve a confluência metonímica entre poeta, poesia e nação, e identifica-a com a ideia hegeliana do indivíduo da história mundial, e com o super-homem de Nietzsche. Ao longo do livro, incorporam-se à análise teorias psicanalíticas de Freud, ideias filosóficas e sociológicas de vários pensadores como Hegel e outros, além de importantes comparações com a filmografia propagandística da Alemanha nazista. Através desses diálogos, a autora situa assim o seu estudo do cinema português dentro de um contexto intelectual mais abrangente. Contudo, os leitores teriam se beneficiado nesse capítulo de uma leitura mais focada no estilo e na estética dos dois filmes.

O terceiro capítulo trata de uma das vertentes mais prolíficas do cinema da época, a de filmes regionais ou folclóricos. A ênfase na ruralidade serve como uma apologia da simplicidade da vida do campo, representante das verdadeiras tradições portuguesas, enquanto a cidade aponta para a decadência e a corrupção. Esses filmes refletem a política de Salazar que glorificava a vida rural. Vieira mostra como a natureza acaba representando o próprio governo. Mesmo os filmes que representam um compromisso entre cidade e campo espelham bem o objetivo salazarista de acolher a modernidade e a industrialização, mas sem mudar o carácter nacional.

O binômio entre razão e religião dentro do contexto do fenômeno de Fátima no filme de Jorge Brum do Canto, *Fátima, Terra de Fé* (1943), é o tema do quarto capítulo. O desenvolvimento do culto a Nossa Senhora de Fátima

e a cristalização do Estado Novo coincidem por razões históricas e políticas. A autora faz uma analogia interessante entre Fátima e Salazar, ambos como salvadores e realizadores de milagres que atuam para renovar o país.

O quinto capítulo trabalha com vários filmes e faz uma análise das representações e dos estereótipos de gênero durante a época. Os filmes mostram a diversidade de papéis femininos, a mulher camponesa, a nova mulher da comédia à portuguesa, e a artista como mulher perdida. As duas primeiras quase sempre acabam encarnando os valores da feminilidade defendidos pelo salazarismo, casando-se e perdendo sua independência. Em contrapartida, as mulheres artistas não se conformam, e sua transgressão manifesta-se na maneira como assumem abertamente a sua sexualidade e desempenham um papel ativo nas relações amorosas. Por isso, estas são castigadas com a morte ou com uma morte simbólica, como no caso dos filmes com Amália Rodrigues.

Os últimos dois capítulos concentram-se no colonialismo português e no seu significado e presença em dois filmes, *Chaimite* (1953) de Jorge Brum do Canto e *Feitiço do Império* (1940) de António Lopes Ribeiro. A autora faz uma leitura fascinante do império português usando a ideia de Derrida da “lógica do suplemento” e principalmente a teoria de Freud do fetiche. A seu ver, na construção ideológica dos territórios ultramarinos, o regime salazarista, como mostram os dois filmes, apresenta uma distorção da realidade, uma África exótica e estereotipada, e uma ideologia colonial que enfatiza a superioridade espiritual dos portugueses. A África surge como uma idealização cujo objetivo é compensar as deficiências do país, e o império é um fetiche que funciona como suplemento das incapacidades da metrópole.

Cinema no Estado Novo é um excelente livro que amplifica o nosso entendimento de um conjunto de influentes filmes clássicos e debates intelectuais. O livro oferece uma diversidade de perspectivas para melhor compreender as origens desse trabalho fílmico, e a herança que este lega ao cinema e à cultura contemporânea. A autora explica na introdução que os filmes da época são diversos, alguns abertamente propagandísticos e outros afastando-se ou até procurando contestar (embora disfarçadamente) as ideologias hegemônicas do estonovismo. Com exceção da caracterização de algumas mulheres artistas, não se enfatiza uma interpretação alternativa dos filmes, que apontaria para uma

relação mais conflituosa entre Salazar e a filmografia da época, e não os entendeu apenas como uma afirmação dos valores políticos promovidos pelo regime.

Estela Vieira

Indiana University Bloomington